



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 10830.000745/2001-49  
Recurso nº. : 127.398  
Matéria: : IRPF - Ex(s): 1995  
Recorrente : GISELA SAVOI DE ALMEIDA  
Recorrida : DRJ EM FOZ DO IGUAÇU - PR  
Sessão de : 07 DE DEZEMBRO DE 2001  
Acórdão nº. : 106-12.435


**MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS – IRPF** - A apresentação da declaração de rendimentos fora do prazo fixado, ainda que dela não resulte imposto devido, sujeita a pessoa física a multa mínima de 200 UFIR.  
**DENÚNCIA ESPONTÂNEA** - O instituto da denúncia espontânea não alberga a prática de ato puramente formal do contribuinte de entregar, com atraso, a declaração do imposto de renda.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GISELA SAVOI DE ALMEIDA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, **NEGAR** provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Orlando José Gonçalves Bueno e Wilfrido Augusto Marques.

  
TACY NOGUEIRA MARTINS MORAIS  
PRESIDENTE

  
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO  
RELATÓRIA

FORMALIZADO EM: 29 JAN 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros THAISA JANSEN PEREIRA e LUIZ ANTONIO DE PAULA. Ausentes justificadamente os Conselheiros ROMEU BUENO DE CAMARGO e EDISON CARLOS FERNANDES.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10830.000745/2001-49  
Acórdão nº. : 106-12.435  
Recurso nº. : 127.398  
Recorrente : GISELA SAVOI DE ALMEIDA

**R E L A T Ó R I O**

GISELA SAVOI DE ALMEIDA, já qualificada nos autos, apresenta recurso objetivando a reforma da decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento de Foz de Iguaçu.

Nos termos do Auto de Infração de fl. 08, exige-se da contribuinte multa por atraso na entrega da Declaração de Ajuste Anual do exercício de 1995, no valor de R\$ 165.74.

Por procurador (doc. de fl.7), tempestivamente, apresentou a impugnação de fls. 1/6, alegando, com amparo no art. 138 do C.T.N, denúncia espontânea.

A autoridade julgadora "a quo" manteve o lançamento em decisão de fls.18/21, que contém a seguinte ementa:

*MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO IRPF – Estando o contribuinte obrigado a efetuar a entrega da declaração do imposto de renda pessoa física, e tendo-a feito após o prazo estabelecido na legislação, é devida a multa pelo atraso.*

Cientificada (AR de fl.24), dentro do prazo legal, protocolou o recurso anexado às fls. 26/32.Em sua defesa, transcreve lições doutrinárias jurisprudência administrativa e judiciária, para, com fundamento no art. 138 do C.T.N, requerer o cancelamento da multa.

À fl. 33 foi anexado o comprovante do depósito administrativo.

É o Relatório.

 2

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10830.000745/2001-49  
Acórdão nº. : 106-12.435

**V O T O**

Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, Relatora

O recurso preenche as condições de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

A matéria discutida nos autos é por demais conhecida pelos membros desta Câmara, trata-se da aplicação da multa pelo atraso na entrega da Declaração de Ajuste Anual exercício 1995, ano calendário 1994.

Apresentar a declaração de rendimentos é uma obrigação para aqueles que se enquadram nos parâmetros legais e deve ser realizada no prazo fixado pela lei.

Por ser uma "obrigação de fazer", necessariamente, tem que ter prazo certo para seu cumprimento e, se for o caso, por seu desrespeito, uma penalidade pecuniária.

**A causa da multa está no atraso do cumprimento da obrigação, não na entrega da declaração que tanto pode ser espontânea como por intimação, em qualquer dos dois casos a infração ao dispositivo legal já aconteceu e cabível é, tanto num quanto noutro, a cobrança da multa.**

O recorrente estava obrigado a apresentar a Declaração de Ajuste Anual do exercício em pauta, como cumpriu esta obrigação além do prazo fixado, foi notificada a pagar a multa prevista na Lei nº 8.981, de 20/01/95, que assim preleciona:



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº. : 10830.000745/2001-49  
Acórdão nº. : 106-12.435

**Art. 88. A falta de apresentação da declaração de rendimentos ou a sua apresentação fora do prazo fixado, sujeitará à pessoa física ou jurídica:**

*I – à multa de mora de um por cento ao mês ou fração sobre o imposto de renda devido, ainda que integralmente pago:*

*II – à multa de duzentas UFIR a oito mil UFIR, no caso de declaração de que não resulte imposto devido.*

§ 1º. O valor mínimo a ser aplicado será:

**a) de duzentas UFIR, para as pessoas físicas;**

**b) de quinhentas UFIR, para as pessoas jurídicas.**

Assim sendo pertinente é aplicação da multa.

Quanto à aplicação do art. 138 do C.T.N, em que pese a brilhante argumentação da recorrente, a jurisprudência dessa Câmara têm sido no sentido de manter a multa por atraso na entrega da declaração, acompanhando a decisão tomada pelos senhores Ministros da Primeira Turma do Tribunal de Justiça ao apreciarem o Recurso Especial nº 190388/GO, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro José Delgado, que contém a seguinte ementa:

**TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ENTREGA COM ATRASO DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.**

- 1. A entidade denúncia espontânea não alberga a prática de ato puramente formal do contribuinte de entregar, com atraso, a declaração do imposto de renda.**
- 2. As responsabilidades acessórias autônomas, sem qualquer vínculo direto com a existência do fato gerador do tributo, não estão alcançadas pelo art. 138, do CTN.**
- 3. Há de se acolher a incidência do art. 88, da Lei nº 8.981/95, por não entrar em conflito com o art. 138, do CTN. Os referidos dispositivos tratam de entidades jurídicas diferentes.**

4/ 88

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10830.000745/2001-49  
Acórdão nº. : 106-12.435

Com relação à jurisprudência judicial, indicada pela recorrente, esclareço que, por lhe faltar eficácia normativa, não possui caráter vinculante (art. 100 do CTN). Além do que, como bem explicado pela autoridade julgadora "a quo", grande é o número das decisões judiciais e administrativas em sentido contrário a tese esposada pela defesa.

Explicado isso, Voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 07 de dezembro de 2001.

  
SUELI FIGENIA MENDES DE BRITTO

